

Pagamentos de dívida externa será menor

A partir deste mês de julho, o Governo espera contar com boas notícias no que diz respeito à cotação do dólar, além do já esperado aumento da atividade econômica e queda da inflação. O motivo é a redução dos pagamentos da dívida externa de US\$ 38,8 bilhões para US\$ 25,5 bilhões entre o primeiro e segundo semestre deste ano.

Com a economia mais equilibrada, os economistas do Governo apostam em maiores facilidades para rolagem da dívida e ainda menor volatilidade na cotação da moeda americana. Os pagamentos da parte principal da dívida externa do setores público e privado previstos para o segundo semestre atingem US\$ 16,7 bilhões.

A parcela de pagamentos referente a juros chegam a US\$ 8,9 bilhões. No semestre anterior, enquanto administrava a crise cambial o País pagou cerca US\$ 28,8 bilhões de principal, enquanto os gastos com juros totais ficaram próximos de US\$ 9,3 bilhões. As empresas públicas e os governos municipal, estadual e federal desembolsaram US\$ 7,9 bilhões para pagar sua dívida externa. Até dezembro, esses gastos ficaram em US\$ 6,8 bilhões.

Essa redução de pagamen-

tos foi um dos pontos positivos analisados na última reunião do Conselho de Política Monetária do BC (Copom), realizada há duas semanas, quando os juros da economia foram reduzidos de 22% ao ano para 21% ao ano. Na ata resumida da última reunião do Copom, a diretoria do BC alega que o fato de ter de pagar um volume expressivo de dívida externa em junho forçou a alta da cotação da moeda americana nas últimas semanas. Algo que explica o aumento da cotação do dólar de R\$ 1,66 para R\$ 1,76 do início de maio até o fim de junho.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, o volume menor de pagamentos pode trazer um impacto positivo sobre as cotações e também deve contribuir para reduzir a volatilidade das cotações da moeda americana. Lopes disse que o cenário mais favorável permitiu que na revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) fossem fixadas normas mais folgadas para intervenção do Banco Central no mercado de câmbio e gestão das reservas.

A partir de agora, o BC pode ter um limite de US\$ 3 bilhões para intervir, mais tudo o que puder acumular a mais de reservas durante todo o ano.